

Isabel Cluny, D. Luís da Cunha e a Ideia de Diplomacia em Portugal,
Lisboa, Livros Horizonte, 1999, 247 páginas.

A primeira originalidade e indiscutível virtude deste trabalho reside no facto se tratar de uma biografia que é, simultaneamente, um percurso sobre a história política, sobretudo diplomática, da primeira metade do século XVIII português. Acontece que a biografia tem sido um género escassamente cultivado entre nós, em especial no que se reporta a personagens centrais setecentistas portuguesas. Se a escola do professor Silva Dias e seus discípulos manteve sempre um singular e não interrompido culto pelo género muito antes de ele regressar como moda da historiografia internacional, o certo é que a quase totalidade das suas produções se reportou até ao presente a personagens do antigo regime tardio e do primeiro liberalismo. Mais escassos ainda têm sido os estudos de história política que incidem sobre o período pós-restauração. E a verdade é que, se a história do pensamento político nunca foi totalmente negligenciada, se existe uma nova história institucional, se se conhecem expressões paradigmáticas da história política de outros períodos, não se pode falar ainda do surgimento de uma história política da dinastia brigantina. De resto, também a história diplomática nunca desapareceu, mas parece que a maior parte das recentes sínteses publicadas sobre o assunto constituem apenas compilações ou, nas suas melhores

expressões, releituras interpretativas de materiais de há muito conhecidos e publicados.

Deve-se destacar também que o presente estudo se apoia numa ampla e minuciosa investigação. Representa, assim, o resultado de uma longa pesquisa documental. Acresce ainda a segurança não apenas empírica, mas também conceptual, com a qual os temas, muito diversos, são tratados ao longo do trabalho, não obstante as reservas que adiante colocarei em relação a alguns tópicos concretos. Depois, deve-se salientar que, embora a opção de conjunto se possa discutir, a redacção é quase sempre clara e equilibrada.

Finalmente, tem de se reconhecer que os resultados a que chegou se revestem de efectiva novidade. Depois dos trabalhos fundamentais de Luís Ferrand de Almeida, ninguém contribuiu de forma tão notória para um melhor conhecimento da actuação e da produção textual de uma das personagens do Portugal restaurado que mais importância tiveram, não apenas para a vida política portuguesa do seu tempo, mas ainda para as imagens que sucessivas gerações vieram a adoptar sobre Portugal e a sua história.

Desde logo, ficamos com uma compilação sistemática do seu percurso pessoal, antecedida de uma bem fundamentada inquirição genealógica, onde se esclarecem, com o recurso a documentação inédita, muitos aspectos da sua actuação e da história política e diplomática portuguesa. De resto, não é possível deixar de destacar alguns aspectos totalmente desconhecidos particularmente saborosos e que não são tão insignificantes como

pode parecer sobre a vida íntima da personagem. Está neste caso o confronto (notável) entre as duas versões da descrição de 1737 das suas relações com Madame Salvador. Ou o facto, praticamente comprovado, de se ter chegado a casar com uma senhora inglesa. Ou, ainda, os muitos e fundamentados motivos da sua antipatia pela Inquisição. E, também, a preocupação com o acrescentamento da casa paterna por parte de uma tão heterodoxa personagem.

O retrato final da personagem e do seu tempo que nos fornece apresenta, assim, marcas de indiscutível novidade, embora algumas opções que fez possam levantar dúvidas e interrogações. Como todos os textos sugestivos, este levanta-nos muitas novas questões à medida que vai respondendo a outras.

A primeira reporta-se à própria opção de escrita que adoptou. Uma escrita extensiva, recheada de longas transcrições de documentos (quase sempre inéditos, mas por vezes com duas ou mais páginas), acompanhando a par e passo os vários episódios da vida do biografado. As interpretações mais gerais vão surgindo ao longo do trabalho e não são sistematizadas num capítulo específico. Os destinos individuais não têm de ter uma conclusão (apenas um fim...) e menos ainda a coerência que muitas vezes a «ilusão biográfica» (para retomar a expressão de um conhecido sociólogo) tende a emprestar-lhes. Mas a escolha feita tem diversas implicações (entre elas uma certa diluição dessas interpretações mais gerais...), pois de algum modo sacrifica a articulação do conjunto à legibilidade.

A segunda questão prende-se com o próprio título da dissertação: «D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal». Embora seja sobretudo a prática da diplomacia concretizada pela personagem aquilo que a ocupa, é certo que se esforça por mostrar a coerência das suas ideias sobre o assunto. De facto, o período estudado pode ser caracterizado à escala das relações intereuropéias, como a etapa posterior à Conferência de Vestefália, quando à hegemonia do direito das gentes e à ideia mais ou menos persistente de uma república cristiana se começa a substituir uma nova ordem internacional apoiada tendencialmente em novos fundamentos, entre os quais irão emergir novas concepções da soberania dos Estados e até, em alguns casos, políticas mais ou menos directamente inspiradas nos princípios da razão de Estado, sobrepostos às considerações da ética tradicional e de cunho maquiavélico. Esta nova realidade das relações internacionais coincide com a adopção de novos instrumentos de comunicação e negociação política e com um apreciável esforço de teorização da nova actividade diplomática, como a autora correctamente assinala, mostrando, de resto, que D. Luís da Cunha leu alguns dos principais autores, como Abraham Wicquefort. No entanto, a verdade é que boa parte da fama de D. Luís da Cunha na posteridade não lhe advém da sua acção diplomática (ou das suas ideias diplomáticas), mas sim das propostas que formulou de reforma da realidade portuguesa, informadas já pela cultura das luzes. Cabe perguntar então que relação é que se

deve estabelecer entre uma dimensão e a outra. E o texto de Isabel Cluny fornece algumas pistas, mas não ainda uma resposta concludente a essa interrogação.

Uma outra questão que o texto levanta prende-se com própria carreira diplomática e com o recrutamento do seu pessoal. Isabel Cluny insiste não apenas na ideia de que D. Luís da Cunha teria defendido a necessidade de uma formação específica para os diplomatas («profissionalização»), mas ainda na necessidade de ultrapassar a confusão que existiria entre a actividade de jurisconsulto e a de diplomata, aspecto em que coincidiram D. Luís e José da Cunha Brochado. Na verdade, boa parte das referências de D. Luís da Cunha e sobretudo de Cunha Brochado à má formação e deficiente preparação dos diplomatas (só preocupados em fazer espaventosas entradas, por exemplo) refere-se aos grandes fidalgos empregados na diplomacia. De resto, deve notar-se que o percurso de D. Luís é razoavelmente atípico. Na primeira nobreza da corte, à qual, apesar de tudo, pertencia a casa um tanto decuída dos seus maiores, os filhos segundos que iam para Coimbra não seguiam na esmagadora maioria dos casos a magistratura, mas sim a carreira eclesiástica [como, aliás, refere Caetano de Sousa, citado pela autora, foi atendendo à sua «qualidade» (nascimento) que D. Pedro II o nomeou mal se graduou para a Relação do Porto].

Um outro tema relevante que o livro levanta é o de se saber se existia ou não uma discordância de fun-

do entre as opiniões de D. Luís da Cunha e as opções de política externa portuguesa no reinado de D. João V, que se podem resumir brevemente na defesa contra o eventual expansionismo espanhol, na fixação dos limites territoriais do Brasil e protecção aos tráficos coloniais, objectivos que eram assegurados através da protecção fornecida pela aliança com a potência marítima dominante (Grã-Bretanha) e do alheamento face aos conflitos continentais, e no investimento contínuo no reconhecimento da paridade com as outras monarquias católicas junto da Santa Sé. Em vários contextos, a autora defende o diplomata das acusações de «francesimo» e de atitudes antibritânicas que lhe foram feitas na época e que vieram a ser retomadas pela posteridade. Mas a ideia com que se fica é que, tal como afirma, D. Luís da Cunha «discordava frontalmente das opções de permanente neutralidade que afastavam Portugal do centro de decisões europeias». Como é que se deve classificar esse alinhamento?

Para terminar, convém invocar os estrangeirados, conceito que autores tão influentes como António Sérgio ou Jaime Cortesão identificaram com um grupo com percursos e propósitos similares (do qual D. Luís da Cunha seria um expoente destacado), o qual teria formulado uma visão peculiar da história portuguesa, uma das versões da célebre teoria da decadência, que teve uma imensa relevância ao longo do século XX e influenciou sucessivas gerações. Ulteriormente, a aplicabilidade do conceito foi enfaticamente rejeitada (Borges de Macedo). No

livro de Isabel Cluny este problema é recorrentemente referido, mas não transparece uma resposta taxativa, embora se refira que «D. Luís nunca se identifica como um estrangeirado» (p. 223).

Em conclusão, D. Luís da Cunha e a sua obra permanecerão como um tema de reflexão e investigação da historiografia portuguesa. Mas ninguém nos últimos anos forneceu uma contribuição mais relevante para o estudo do tema do que Isabel Cluny neste seu livro.

NUNO G. F. MONTEIRO

Fernando Aires de Medeiros Sousa, José do Canto: Subsídios para a História Micaelense, 1820-1898, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, 396 páginas.

Em Portugal, mesmo no caso de famílias ilustres, há poucas que se dêem ao trabalho de guardar a correspondência dos avós; de entre aquelas que o fazem, muitas não têm o cuidado de manter os espólios em desejável estado de conservação; quase nenhuma consideram ser seu dever a publicação de cartas, que, muitas vezes, imaginam conter segredos vergonhosos. O resultado — fruto da incultura, paranóia e negligência das classes dirigentes — é lamentável. Os historiadores portugueses têm encontrado enormes dificuldades em

estudar a vida quotidiana, quanto mais a íntima, dos seus antepassados. Por seu lado, o Estado nunca se interessou seriamente pela publicação deste tipo de documentos, o que, como é óbvio, só agrava a situação.

Esta obra é uma exceção. Houve uma família, os Cantos, que manteve — e até dactilografou — milhares de cartas familiares, houve alguém, Fernando Aires, que se interessou pelo seu estudo, houve uma instituição, a Universidade dos Açores, que patrocinou a edição¹. Não conheço, para o século XIX, nada que se lhe compare. Não dispondo do aparelho crítico que hoje se exige a qualquer edição deste tipo, vale, no entanto, a pena ler este livro. A obra abre com uma longa introdução de Fernando Aires, seguindo-se o apêndice, onde estão transcritas 110 cartas da família de José do Canto desde 1853 até 1887. A maioria é assinada pelo pai, mas há outras, dos filhos para o pai, dos filhos entre eles e dos familiares que com eles se correspondiam, igualmente valiosas². Através destas cartas

¹ Após o incêndio da Universidade dos Açores, pensou-se que o «arquivo Brum da Silveira, núcleo José do Canto» teria desaparecido nas chamas, mas, segundo informações recentes, as cartas de José do Canto terão sido salvas. Além destas, Fernando Aires utilizou ainda o espólio de outro familiar, o do Dr. José da Silveira Estrela Rego.

² Recentemente, a Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada publicou o *Inventário da Correspondência de José do Canto Existente na Sua Livraria*, Ponta Delgada, 1998; v. ainda um livro, há muito esgotado, *Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome Correia e Conde de Jácome Correia (1841 a 1893)*, Ponta Delgada, 1915.